

Blocos crescem e invadem a Constituinte

LÚCIA VAZ

BRÁSILIA — "Os blocos que conheço são os da Marquês de Sapucaí", ironizou o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ao ser questionado sobre a articulação de um bloco para a sustentação do Governo Sarney. Mas ele estava enganado. Lugar de bloco é mesmo na Constituinte. Ali, os partidos cedem espaço aos mais variados tipos de blocos, sejam supra, intra, inter, sub ou apartidários. São constituintes unidos por questões ideológicas ou filosóficas, sob as mais variadas denominações, como Centro Democrático, Centro Liberal, Unidade Progressista, "modernos", ou mesmo "evangélicos".

No momento das votações, tornam-se, todos, afluentes de duas grandes correntes, a dos "moderados" e a dos "progressistas". Mas, agora, a confusão é grande. É comum um constituinte pertencer a mais de um bloco, até porque estes têm subdivisões. As composições também variam de acordo com o tema que tratado. O sistema de governo, por exemplo, racha ao meio o bloco "progressista", sempre unido em assuntos como reforma agrária, direitos dos trabalhadores e mandato do Presidente Sarney. Os "moderados" têm enormes restrições à reforma agrária e estabilidade no emprego, mas nem todos concordam com a abertura do País ao capital estrangeiro.

Os líderes de cada tendência costumam exagerar no cálculo dos seus liderados, mas, considerando-se as principais disputas na Constituinte e na Convenção Nacional do PMDB, já é possível avaliar as dimensões de tais blocos.

Os mais ativos articuladores do Centro Liberal garantem ter a maior bancada da Constituinte, com cerca de 300 integrantes. O Líder do PFL na Câmara, José Lourenço, e o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, contabilizam nas filas dos "moderados" 110 parlamentares do Centro Democrático do PMDB e todos os das bancadas do PFL (130), do PDS (30), do PTB (18), do PL (sete) e do PDC (seis). O discurso sobre as pretensões dessa bancada é unitário, como resume o principal porta-voz dos "moderados" do PMDB, Deputado Roberto Cardoso Alves (SP).

— Nós queremos uma Constituição moderna, liberal e progressista, sem intervenção do Estado e plena liberdade para a iniciativa privada.

Ele não aceita a classificação de "conservador" para esse grupo, que lhe é atribuída pela esquerda, e trata de negar qualquer vínculo com o Governo Sarney:

— Nós somos progressistas, por-



que progressista é o Japão, os Estados Unidos, a França, a Alemanha. Atrasada, retrógrada é a União Soviética, a Nicarágua, a Hungria. Marx é filósofo do século passado. Não conheço país mais desenvolvido e mais capitalista do que o Japão.

A presença do Líder do Governo no grupo é facilmente explicada:

— Nós estamos juntos desde o grupo Unidade, que elegeu o Presidente Tancredo Neves. Não há qualquer ligação com o Presidente Sarney.

Mas as contas de Lourenço, Sant'Anna e Cardoso podem estar erradas, pelo menos na avaliação de integrantes de dois outros blocos, o

Por trás das ironias de Ulysses, várias facções articulam: supra, inter, intra e até evangélicos

dos "modernos" e o "Centro Democrático". O Deputado Marcos Lima (PMDB-MG), um dos fundadores do "Centro Democrático", põe em dúvida as informações de Lourenço:

— Eles contam com cento e poucos do nosso grupo, como massa de manobra. Mas não vão levar assim. O Cardoso é um aliado eventual, com posições políticas mais à direita.

Lima afirma que seu grupo deseja assumir uma postura mais independente, mas a verdade é que as suas teses são muito próximas das teses do "Centro Liberal". Ideologicamente coeso, o "Centro Democrático" quer uma reforma agrária que não mexa nas terras produtivas, é contra a imissão de posse imediata, reivindica prioridade para a iniciativa pri-

vada e cinco anos de mandato para Sarney.

A dissidência mais séria, entretanto, poderá vir do PFL, ainda que em menor número. São os "modernos", liderados por Alcení Guerra (PR), Lúcio Alcântara (CE) e Jayme Santana (MA). Eles estão negociando com o grupo de Mário Covas — o maior entre os "progressistas" — a elaboração de propostas consensuais sobre temas polêmicos, como reforma agrária, estabilidade no emprego, definição de empresa nacional, reserva de mercado. Se não houver acordo, é provável que votem com os "progressistas", embora o Líder José Lourenço negue tal hipótese:

— O Alcení é o meu primeiro Vice-Líder. Foi designado por mim para fazer este trabalho. Eles procuram o entendimento, mas continuam ligados ao PFL.

Alcení Guerra contraria o Líder, afirmando que entrou no grupo a convite de Lúcio Alcântara. A Deputada Maria Abadia (DF) também deixa claro que os "modernos" se articularam a partir da constatação de quem têm propostas comuns — e bastante progressistas — para a nova Constituição. Se não houver acordo sobre os temas polêmicos, eles ficam com os "progressistas".

O principal articulador do bloco "progressista" é o Líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas. Ele controla cerca de 120 parlamentares do partido, incluindo 40 do Movimento de Unidade Progressista, a esquerda do PMDB, além de contar com o apoio das bancadas do PT (16), PCdoB (5), PCB (3), PSB (2) e a maior parte da bancada do PDT (20). Mas tem uma disputa pessoal com o Presidente Ulysses Guimarães, que penetra nas mais diferentes áreas do partido.

Ulysses tem os seus fiéis seguidores — controlados pelos Governadores de Estado — e ainda consegue a adesão de integrantes do Centro Democrático, dependendo do tema tratado. Seu braço direito é o Líder do PMDB na Câmara, Luís Henrique. O Líder no Senado, Fernando Henrique Cardoso, tem fechado mais com as posições de Mário Covas.

Em linhas gerais, os "progressistas" trabalham por conquistas sociais, pela soberania nacional e por avanços nas áreas de direitos trabalhistas, políticos e de cidadania. Não chegam a ser estatizantes, mas privilegiam o trabalho sobre o capital.

Alguns temas, como o sistema de governo, racham não só o PMDB: também vários blocos

Estatizante mesmo é a esquerda, um sub-grupo dos "progressistas". O que caracteriza a postura destes constituintes, militantes do PT, PCdoB, PCB, PSB e parte do PMDB e PDT, é basicamente a definição do papel do Estado na economia.

— Queremos o Estado como gestor da economia, e não a livre iniciativa como gestora do Estado — define o Líder do PCB, Roberto Freire (PE).

Ele também lembra que nem todos os integrantes do Movimento Progressista são de esquerda. Este é o caso do Senador Afonso Camargo (PR), ex-Senador biônico pela Arena. Mas a esquerda sabe que nada conseguirá se partir sozinho para as votações. O próprio Líder do PT, Luís Inácio Lula da Silva, supera o sectarismo tra-

dicional do partido e adianta que vai negociar, quando chegar o momento:

— Vamos manter a nossa posição até quando for possível. Mas daqui a quatro meses vai chegar o "dia do juízo final". Vamos ter que votar. Então, vou ter que escolher entre a proposta do Severo Gomes e a do Cardoso Alves. Não tem saída.

O Líder do PTB, Gastone Righi (SP), acha que será tarde. Para ele, em pouco tempo haverá apenas um bloco na Constituinte, o bloco da maioria:

— Quem quiser aprovar algo, tem que entrar neste grupo, tem que negociar agora. Na hora de votar, não vai adiantar mais.

De todos, o bloco mais fora do padrão é o dos evangélicos. Com cerca de 25 membros, sempre se reúne às quartas-feiras, "para meditar sobre temas bíblicos", como informa o Deputado Arolde Oliveira (PFL-RJ). Na Constituinte, eles pretendem defender "os valores cristãos, a ética, a moral e os bons costumes". São contra o aborto e a favor da censura para espetáculos.

Um dos seus mais preeminentes membros, o Deputado Antônio de Jesus (PMDB-GO), defendeu na Subcomissão de Educação a prática facultativa da educação física, porque as meninas são obrigadas a expor as pernas, emitindo "estímulos eróticos". Eles não são conduzidos por qualquer constituinte, mas pela sua "fé comum em Deus", como explica Oliveira, que também deixa claro que o Deputado Lysáneas Maciel (PDT-RJ) não faz parte desse grupo, embora seja evangélico: "Porque ele não tem compostura de parlamentar, muito menos de evangélico. E a favor do aborto."

Cabral acha que anistia, como está, é inviável

BELO HORIZONTE — Se depender do Relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral, a estabilidade do emprego, a redução da jornada de trabalho e a anistia ampla aos militares não serão incluídas no texto da futura Carta. Ele considera essas questões, da forma como estão colocadas no anteprojeto, "inteiramente inviáveis e fantasiosas".

Embora entendendo que a estabilidade é matéria própria para lei ordinária, Bernardo Cabral — que esteve em Belo Horizonte para a instalação do projeto "Pro-Memória da Constituinte", iniciativa da Vice-Governadora de Minas, Júnia Marise — aceitou com a sua transformação, na futura Carta, em artigo relativo à segurança do emprego, "para que o trabalhador não seja frustrado".

Ele defendeu o referendo popular ao final dos trabalhos de elaboração da Constituição, que, espera, não terá mais de 300 artigos. Se tiver esse tamanho, acha que ela não será o "mostrengo jurídico" que temia viesse a ser. A propósito, lembrou que a Espanha, país três ou quatro vezes menor do que o Brasil, tem uma Constituição com mais de 300 artigos.

Bernardo Cabral admitiu que a reforma do sistema tributário será aperfeiçoada no texto final, em função das preocupações manifestadas pelo Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, que não considera excessivas. Os dois almoçaram juntos há alguns dias. Segundo o Deputado, Bresser estava preocupado com a forma de repasse, no anteprojeto, de recursos para os Estados — quase 50 por cento da renda da União.

O Relator não quis comentar a tendência do grupo de 32 constituintes que o ajuda na elaboração do projeto constitucional de retirar do texto temas polêmicos como anistia, reforma tributária e criação de novos Estados.

— A comissão — disse — não foi criada por mim, nem por mim indicada. Não não tenho comparecido a nenhuma das reuniões, de modo que não tenho conhecimento oficial do que está sendo feito. Vou receber o trabalho desse grupo como uma contribuição.

No caso específico da criação dos sete novos Estados, ele acha que o pré-requisito é a aprovação do povo do Estado a ser criado. A seu ver, é o que ocorre relativamente à criação do Estado de Tocantins e da transformação dos Territórios de Amapá e Roraima em Estados: as respectivas populações apóiam isso. Mas em Minas, disse, ocorre o oposto relativamente à criação do Estado do Triângulo.